

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO FUMICULTOR NO MUNICÍPIO DE PILÕES-RN E A TERRITORIALIZAÇÃO DA SOUZA CRUZ S.A.

Francisco Rerison Ferreira Gama

Graduado em Geografia pelo CGE/CAMEAM/UERN
rerisongamageo@yahoo.com

Rosalvo Nobre Carneiro

Professor Me do CGE/CAMEAM/UERN
rosalvonobre@uern.br

Resumo:

A produção do espaço geográfico está atrelada as práticas espaciais conduzidas pelo homem, que constantemente transforma-o pelo seu trabalho. Logo, o homem é responsável por conduzir as práticas espaciais que podem ser manipuladas por grupos econômicos, sociedade civil ou pelo Estado. Pela lógica capitalista, todos esses sujeitos são sobrecarregados de um desejo lucrativo de reprodução de uma atividade econômica ou de uma sociedade como um todo. E, tomando como base esse entendimento de formação de espaço, objetiva-se pesquisar a produção do espaço fumicultor no município de Pilões – RN a partir da territorialização da Souza Cruz S.A. e, busca-se também compreender a dinâmica socioespacial exercida pela empresa Souza Cruz através de suas territorialidades. Para uma melhor compreensão sobre a temática, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de um questionário socioeconômico, aplicado com 12 fumicultores, além da utilização de fontes secundárias como periódicos e revistas.

Palavras-chave: Produção do espaço. Território. Souza Cruz.

1 Introdução

Para Santos (2006, p. 63), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Nesse contexto, o autor defende um espaço formado por sistemas que se entrelaçam; os sistemas de objetos não podem se desenvolver sem os sistemas de ações e vice-versa.

Tomando como base esse entendimento de formação de espaço, objetiva-se pesquisar a produção do espaço fumicultor no município de Pilões – RN (**figura 1**) a partir da territorialização da Souza Cruz S.A. e, busca-se também compreender a dinâmica socioespacial exercida pela empresa Souza Cruz através de suas territorialidades.

Analisar a produção do espaço da fumicultura nesse município é de fundamental importância, pois o cultivo do fumo tem se destacado como a cultura que gera mais rentabilidade, se comparada às culturas do milho, do feijão e do arroz. Além disso, essa pesquisa trará o entendimento de como o espaço geográfico está sendo produzido e como acontece a monopolização por parte da empresa Souza Cruz, que é responsável por toda essa cadeia produtiva.

Para uma melhor compreensão sobre a temática, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de um questionário socioeconômico, aplicado com 12 fumicultores, além da utilização de fontes secundárias como livros, periódicos, sites e revistas que tratem a respeito da importância desta atividade.

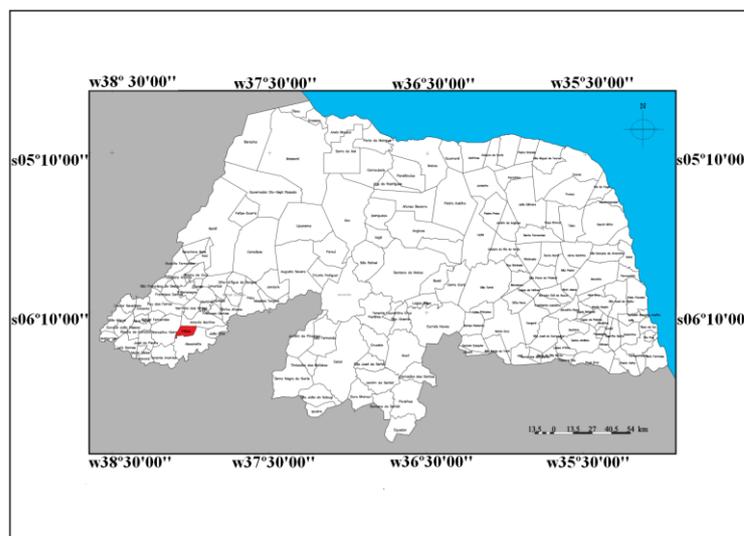


Figura 1: Localização geográfica do município de Pilões-RN

Inicialmente fazem-se algumas considerações teóricas sobre o conceito de produção do espaço, na concepção de alguns autores que trabalham com a temática em questão, aborda-se o papel das empresas na produção do espaço, suas múltiplas ações de territorialidades e, ainda a divisão territorial do trabalho acontecida nesse espaço. Em seguida aborda-se a produção do espaço fumicultor de Pilões e a territorialização da Souza Cruz, por fim, evidencia-se o processo de comercialização e a monopolização do fumo.

2 A produção do espaço: algumas considerações teóricas

Falar da produção do espaço implica afirmar que o homem em seu processo de evolução necessita constantemente de se (re)encontrar com o seu espaço de vivência ou prática espacial, que engloba produção e reprodução (LEFEBVRE, 2006). O autor ainda assegura que a “prática espacial de uma sociedade engendra seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lentamente e seguramente, dominando-o e dele se apropriando” (LEFEBVRE, 2006, p. 47). Neste aspecto, prática espacial é indissociável do conceito de espaço.

Pode-se então compreender que as práticas espaciais são respaldadas por interesses que proporcionem valores lucrativos de reprodução de uma atividade econômica. A produção de uma racionalidade do espaço é entendida por Santos (2006, p. 295), sob duas combinações: “ação do presente e objetos de ação”. Nesse entendimento lógico, é evidente que o espaço geográfico, em sua totalidade, necessita cada vez mais da técnica. Para Carneiro (2009, p. 34) “as técnicas são diferentes de tal modo que podem ser divididas em comunicativas, estratégicas e instrumentais”.

Diante disso, entende-se que as técnicas estão espacializadas em um determinado território para atender finalidades propostas pelo o homem. “[...] A técnica está presente nas coisas e nas ações – o que ao mesmo tempo, caracteriza o espaço geográfico dos nossos dias e lhe atribui à condição de ser um espaço da racionalidade” (SANTOS, 2006, p. 294). O homem quando produz algo para satisfazer suas necessidades vitais está igualmente produzindo o espaço (SANTOS, 2004). Produzir, portanto, é uma ação tanto individual como coletiva que envolve sentimentos cooperação e de lucros. Na produção do espaço geográfico, o homem está constantemente transformando-o e estabelecendo novas funções.

Moreira (2008, p. 67) argumenta que “a formação espacial é a própria formação econômico-social em sua expressão espacial, contendo a estrutura e as leis de movimento

desta”. Portanto, é pertinente entender-se que o espaço geográfico é o resultado da “inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 332). Os objetos que fazem parte do espaço geográfico são criados para cumprir “o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados” (SANTOS, 2006, p. 332).

Vivemos atualmente em uma sociedade intensamente caracterizada e envolvida pelos ditames das técnicas. Segundo Santos (2006, p. 333), “a rede técnica mundializada atual é instrumento da produção, da circulação e da informação mundializada”. Neste aspecto, “as redes globais transportam o universal ao local” (SANTOS, 2006, p. 333). Neste sentido, é de extrema importância analisar o papel e o desempenho que a Souza Cruz vem exercendo sobre o território brasileiro através de suas práticas e organização espacial.

2.1 Produção do espaço, empresa e território

As empresas atualmente organizam suas atividades criando circuitos espaciais de produção (SANTOS; SILVEIRA, 2008). Partindo desse princípio, podemos correlacionar essas ações por e a partir de um gerenciamento do território, pois segundo Corrêa (1992, p. 115)

[...] a gestão do território constitui uma faceta da gestão econômica, política e social. [...] a gestão do território possui uma historicidade que se traduz em agentes sociais e práticas espaciais historicamente variáveis, [...] sendo que o controle do território constitui um dos meios através do qual a corporação garante com máxima eficiência a acumulação de capital e reprodução de suas condições de produção.

Para que ocorra sua organização é necessário regular os processos de produção que estão dispersos no território, ou seja, comercialização, sua circulação e contabilidade. “As grandes corporações e multinacionais possuem seu próprio território” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 153). É através do território, que se dão as relações de poder e conseqüentemente a divisão territorial do trabalho.

O uso do termo território está ligado intrinsecamente às relações de poder que um determinado indivíduo ou grupo exerce sobre o território. Para Sousa (1995, p. 78), “o território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Neste sentido, todo território está ligado por práticas de poder e ações defensivas contra forças externas que tentem invadi-lo ou descontraí-lo. O território está sujeito em sua totalidade às mudanças constantes. Os territórios para Sousa (1995, p. 81) são

[...] construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Nesse sentido, as escalas temporais passam por constantes mudanças e processos. Para esses fatores acontecerem é necessário tempo, esse é responsável pelas metamorfoses surgidas. “a utilização do território pelo o povo cria o espaço” (SANTOS, 2004, p. 232). É dentro do espaço geográfico e/ou social que o território é criado. Este possui limites e também fronteiras, portanto, é um espaço de conflitos.

Os territórios como já definimos anteriormente, podem ser materiais e imateriais. Nestes estão “os sistemas de objetos e os sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 64). Esses

territórios se manifestam por meio das intencionalidades. Portanto, o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o matem a partir de uma forma de poder (SOUZA, 1995).

2.2 O espaço como produto social

O espaço geográfico é o resultado das relações em que as sociedades realizam. O espaço produzido “serve de instrumento ao pensamento, como a ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação” (LEFEBVRE, 2006, p. 36). O homem cria e controla seus espaços, sejam eles, sociais, econômicos, políticos ou culturais. O espaço social nesse aspecto pode ser compreendido como a soma dos sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006). No espaço social estão presentes os lugares apropriados das

[...] relações sociais de reprodução, a saber, as idades, com e com organização específica da família – e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução não podem se separar (LEFEBVRE, 2006, p. 41).

Portanto, o espaço quanto produto social é a soma de todas as relações sociais e organização reprodutiva. O espaço na concepção de Durkheim (1999, p. 12) “é, pois, uma coisa, ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo”. Enquanto que para Santos (2004, p. 40), o espaço é um “objeto social, um fator social e uma instância social”. O espaço social é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 2006).

Dessa forma, todo espaço geográfico incorpora atos sociais que envolvem finalidades e comportamentos que garantem a sobrevivência da espécie humana. Portanto, o homem enquanto sujeito modificador do seu espaço é responsável pela construção e pela sua própria destruição.

2.3 A produção do espaço e a divisão territorial do trabalho

A produção do espaço fumicultor no município de Pilões é uma atividade que envolve amplas relações de trabalho. Cada fumicultor possui dentro dos seus projetos de fumo atores sociais que desenvolvem diversas atividades fumicultoras como o preparo da terra, o cultivo do fumo e a sua colheita. Vale ainda ressaltar que os projetos de fumo são áreas onde ocorre a produção do espaço fumicultor. Dentro desse espaço vivido e percebido pode-se verificar também sua Divisão Territorial do Trabalho (DTT).

Foi a partir da segunda da Segunda Guerra Mundial que o território passa a sofrer mudanças significativas. A ciência e a tecnologia, duas aliadas indissociáveis, permitiram que o território obtivesse novas configurações territoriais, bem como nova divisão territorial do trabalho.

Atualmente, a divisão territorial do trabalho está cada vez mais especializada, isso porque o território está se informatizando de forma acelerada e, o homem não tem conseguido acompanhar as transformações e evolução tecnológica. Os objetos são também definidores do território e importantes para as transformações e informação socioespacial. A sociedade da atualidade presencia um novo modelo de Divisão Territorial do Trabalho. Nessa discussão,

Santos (2008, p. 123) argumenta que [...] estamos diante de um novo patamar quanto a divisão territorial do trabalho.

A produção do espaço são ações praticadas pelo o homem desde o momento que esse percebeu a importância e a necessidade de se (re)produzir para satisfazer e suprir suas vontades próprias. Para produzir o espaço, onde estava inserido, começou a criar objetos para lhe auxiliar na produção do espaço. Esses objetos, com o passar do tempo, foi sofrendo modificações, isso porque cada modo de produção exigia um conjunto de objetos necessários.

3 A produção do espaço fumicultor de Pilões e a territorialização da Souza Cruz

Fundada em 1903, pelo imigrante português Albino Souza Cruz, a Souza Cruz é líder absoluta no mercado nacional de cigarros desde o final dos anos 50, um dos cinco maiores grupos empresariais do Brasil, segunda maior contribuinte de impostos do país, e referência internacional no marketing de produtos de consumo de massa.

A companhia atua em toda a cadeia produtiva, desde o desenvolvimento e produção de mudas e sementes de fumo até a fabricação e distribuição de cigarros, atende diretamente mais de 200 mil pontos-de-venda e comercializa 75,9 bilhões de unidades de cigarro ao ano (2005), gerando um faturamento bruto de vendas superior a R\$ 7,5 bilhões. Esses dados fazem da Souza Cruz uma das mais importantes empresas do grupo British American Tobacco (BAT), da qual faz parte desde 1914 (DESER, 2003).

Atualmente, detém cerca de 75% do mercado brasileiro, com a marca Derby, representando isoladamente 51% das vendas da empresa e 37% de todo mercado nacional. Outras marcas com elevada participação de mercado são: Free, Hollywood, Carlton, Hilton e Plaza. O Sistema Integrado de Produção da companhia integra cerca de 45 mil famílias de fumicultores, em 600 municípios no sul do país. Através deste sistema, fornece sementes, orientação técnica e insumos necessários a uma boa colheita, e garante a compra de toda safra de fumo dos produtores a ela associados, que em 2005 foi de 207 mil toneladas (DESER, 2003).

Embora a principal parte da produção de tabaco seja no sul do Brasil, a Souza Cruz ainda conta com uma unidade em Patos (PB) para a produção do fumo oriental, uma variedade que é mais bem produzida em locais de pouca chuva e em solos apropriados para este tipo de fumo. Companhia aberta cotada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), a Souza Cruz possui ainda cerca de seis mil empregados diretos e mais três mil safreiros, contratados por prazo determinado, durante a época da safra industrial (período de compra e beneficiamento de fumo). No total, gera em torno de 240 mil postos de trabalho em sua cadeia produtiva (ABIFUMO, 2010).

No âmbito de sua produção, a região Sul e Sudeste concentra 99,8%, sendo que a região sul é responsável por 96% da produção brasileira. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o fumo é cultivado em 682 municípios da região. Mais da metade está no Rio Grande do Sul. Na safra 2004/2005 a área utilizada para o cultivo foi de 446 mil hectares, 8,5% a mais do que na safra anterior. Sendo 85% dessa produção exportada (DESER, 2003).

Percebe-se que as regiões Sul e Sudeste concentram a maior produção de fumo no Brasil. Santos e Silveira (2008), falam sobre quatro grandes regiões do Brasil, denominando-as de Quatro brasis. Seria uma região concentrada formada pelo Sudeste e pelo Sul; o Brasil do Nordeste; o Centro-Oeste e a Amazônia. Nessas regiões estariam presentes dualidades e contradições: 650 zonas de densidade e de rarefação; espaços de rapidez e lentidão; espaços que mandam e espaços que obedecem. Assim se referem que: “num movimento desigual e combinado, cria-se uma nova geografia do Brasil, caracterizada, quanto à nova tecnosfera, por

uma região concentrada e por manchas e pontos, enquanto há uma tendência à generalização da nova psicofera, característica do presente período histórico” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.269).

A partir do final da década de 1920, a Souza Cruz começou a expandir de forma intensa sua produção fabril, por meio da instalação de novas fábricas de cigarros e da aquisição de empresas concorrentes. Em 1927, foram inauguradas unidades fabris em São Paulo e em Salvador. No ano seguinte, a unidade de Porto Alegre iniciou sua produção e, em 1930, foi à vez da fábrica de Recife. Em 1936, a Souza Cruz ainda adquiriu a Companhia de Cigarros Castelões, de São Paulo, e, em 1938, foi instalada uma fábrica em Belo Horizonte (DESER, 2003).

No final dos anos 1950, a Souza Cruz já detinha liderança absoluta na indústria brasileira de fumo. Eram formadas por seis usinas de beneficiamento, oito unidades fabris que produziam 21 bilhões de cigarros, 130 filiais e depósitos espalhados pelo País. Em 1959, o número de empregados da Empresa era de 8.090, o que representava mais de 61% da ocupação na indústria do fumo e cerca de 0,5% de toda indústria de transformação no país (DESER, 2003).

A Souza Cruz, ao longo do tempo, conheceu o que Corrêa (1992) chama de processos de territorialização e desterritorialização. Sendo esses processos iniciado a partir da década de 70. É através daí que essa empresa se desterritorializa do centro Sul e se reterritorializa em outras regiões, especificamente nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

A Souza Cruz começou a se territorializar no município de Pilões a partir de 1986, através de três fumicultores. O convite para o plantio do fumo partiu da iniciativa de um Orientador da Souza Cruz que prestava assistência técnica ao município de Alexandria. Os fumicultores acreditavam que a cultura do fumo era de grande importância para o desenvolvimento interno, bem como para o progresso social e econômico do município. A partir desse pensamento e entendimento, começaram a desenvolver essa cultura nas imediações do açude público municipal.

Esses produtores de fumo inicialmente foram subsidiados pela a empresa Souza Cruz, que disponibilizava instrumentos físicos de produção e liberação de capital para o começo do plantio. Hoje essa viabilidade de instrumentos e capital não acontece de fato com os produtores de fumo em Pilões, pois essa disponibilidade de instrumentos poderiam trazer futuros prejuízos econômicos, como por exemplo, o não retorno econômico.

A produção do espaço local do município de Pilões não envolve apenas o espaço local fumicultor, mas outros espaços que estão controlando e influenciando a (re)produção socioespacial de sua sociedade. A Souza Cruz é uma empresa que nos exemplifica bastante os processos da (re)produção da fumicultura no município de Pilões através do processo espacial denominado por Santos (2006) de “acontecer solidário”. Portanto, a Souza Cruz, nesse aspecto, força um acontecer solidário entre os produtores de fumo, tendo em vista que ela é detentora do processo de implementação do fumo no município.

Dentro do processo espacial do acontecer solidário desenvolvido por Santos (2006), está o acontecer homólogo, o acontecer complementar e o acontecer hierárquico. Para Santos, (2006, p. 166-167) o acontecer homólogo

[...] é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área assim definida. Enquanto que o acontecer complementar [...] é aquele das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Já o acontecer hierárquico [...] é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser comandados.

Esses conceitos supracitados estão imbricados no atual território e “marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são localmente formuladas ou reformuladas” (SANTOS, 2006, p. 167), de forma que esses se complementam uns com os outros, ou seja, pode-se perceber sua interdependência.

O acontecer homólogo e o acontecer complementar na produção do espaço da fumicultura no município de Pilões seriam aquelas práticas socioespaciais vivenciadas pelos fumicultores, em que podem está trocando experiências e idéias. As informações trocadas e experiências postas em práticas pelos agentes locais da produção do fumo tendem a se generalizar em um plano horizontal (SANTOS, 2006). Portanto, a lógica da produção local de Pilões está relacionada diretamente aos ditames da técnica.

As horizontalidades de uma produção qualquer estão subordinadas a um acontecer hierárquico que “trata-se ao contrário de um cotidiano comandado por uma informação que é segredo e é poder” (SANTOS, 2006, p. 167). Vivemos, portanto em uma sociedade em que o mundo das informações é necessário para a (re)produção do modelo capitalista, pois se entende que informação é poder.

A empresa Souza Cruz procura reproduzir-se melhor e mais rapidamente em lugares privilegiados; sendo o Estado um agente do espaço geográfico que fornece incentivos fiscais – redução de impostos e/ou ainda isenção total destes, essa lógica faz com que esta se reproduza de forma acelerada. As formas dessa seletividade espacial são “a fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor, de uma força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouca ativa”. (CORRÊA, 2007, p. 36).

Corrêa (1992) ao tratar do território da Souza Cruz, indústria de celulose e tabaco, analisa as ações territoriais dessa empresa enquanto: seletividade espacial, fragmentação espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora. A produção do espaço fumicultor no município de Pilões faz parte dessas práticas espaciais exercida pela empresa ao longo desses 14 (quatorze anos) de produção de fumo.

Esses atributos julgados de interesse pela Souza Cruz são bastantes presentes na produção da fumicultura no município de Pilões, pois esse disponibiliza de um açude público municipal, com um grande potencial hídrico, terras propícias para o desenvolvimento da fumicultura, como também força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouca ativa. É notável que o capital necessita constantemente do seu próprio território para exercer seu domínio e sua espacialização. Ao discutir a empresa Souza Cruz e o seu território, Corrêa (2007, p. 252), afirma que o

[...] capital, especialmente aquele associado às grandes corporações multinacionais e multiterritorializadas, possui seu próprio território. Possui uma territorialidade e está submetida à desterritorialização e às novas territorialidades.

O território em sua totalidade está sempre se desterritorializando e se (re) territorializando. Assim sendo, o capital em sua essência necessita sempre do seu próprio território (CORRÊA, 2007). Logo, o que é desterritorialidade e territorialidade? Para Corrêa (2007, p. 254),

[...] desterritorialidade é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território, enquanto que territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem sua apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos e as empresas.

Assim, a cada desterritorialização devem surgir novos territórios, pois essa ação envolve o aparecimento de novas relações de poder sobre o novo território reterritorializado. Desse modo “desterritorialidades sem nova territorialidade significa exclusão do processo social” (CORRÊA, 2007, p. 254). As empresas não se espacializam sem seu próprio território.

O território da produção do fumo no município de Pilões faz parte da expansão dos novos territórios criados pela Souza Cruz. Essa se reterritorializou substituindo os territórios perdidos (CORRÊA, 2007). As novas territorialidades para Corrêa (2007, p. 255-256),

[...] são também programadas, implicando em muitos casos, implantações em lugares que ainda não atendem a níveis mínimos de mercado. Reterritorialização pode implicar antecipação espacial [...] esta, por sua vez, constitui-se em causa e consequência de seu poder que pode alcançar uma dimensão nacional.

Nesse ínterim, entende-se que as empresas ao se desterritorializar de um determinado território já são programadas de forma sistemática a se implantar em lugares que tragam propriedades de reterritorialização e que encontrem também matéria prima o suficiente e mão de obra não qualificada.

4 A comercialização, monopolização do fumo e a produção do espaço fumicultor de Pilões

O processo de comercialização da produção final do fumo começa em sua classificação. Ao término da colheita e a cura – secagem do fumo, seja através da estufa ou em estaleiros, os fumicultores iniciam o processo de enfardamento em sacos de estopa – recipientes feitos de barbantes costurados, sendo que as folhas devem ficar separadas e classificadas para facilitar o enfardamento. E enquanto espera o transporte, os fardos não devem ficar em contato direto com o chão. Os plásticos resistentes e/ou grades de madeiras são a proteção indicada.

Os fumicultores produziram para a Souza Cruz no ano de 2009, uma quantia de 76.560 (setenta e seis mil quinhentos e sessenta mil toneladas de fumo seco). Por mês os seis primeiros maiores fumicultores produziram 1.258 (mil duzentos e cinquenta e oito) quilos de fumo (seco) em um intervalo de 8 (oito) meses.

O sétimo fumicultor produziu 3.400 (três mil e quatrocentos) quilos; já o oitavo produziu 3.160 (três mil cento e sessenta) quilos, enquanto que o nono produziu 3.000 (três mil) quilos. O décimo produziu 2.700 (dois mil e setecentos) quilos. Agora o décimo primeiro produziu 2.300 (dois mil e trezentos) quilos, enquanto que o último produziu 2.000 (dois mil) quilos de fumo. Os seis maiores produtores produziram mais pelo fato de plantarem mais hectares de fumo e por utilizarem a estufa – esta por sua vez acelera o processo de secagem do fumo. Vale ainda ressaltar que dos doze produtores de fumo do município de Pilões, somente 6 (seis) tem a estufa.

No processo de produção do espaço fumicultor de Pilões, pode-se então perceber que cada fumicultor controla sua produção. Essa é caracterizada pelas suas territorialidades, sendo seu espaço a base para a construção socioeconômica, permitindo que um grupo de pessoas, ou indivíduo controle um determinado espaço/território.

A circulação de toda produção do fumo (seco) do município de Pilões tem com destino a cidade de Patos – PB, onde toda a matéria prima é classificada e processada. Lá existe uma unidade de processamento com uma área total de 16.170 m², sendo que a área construída é de

6.520 m²; com uma capacidade de compra de 22 toneladas por dia e capacidade de estocagem (cru) de 70 t/dia, e tendo uma capacidade de processamento de 780 kl/hora. A estrutura funcional da (indústria) é composta por 30 permanentes e 105 sazonais (DESER, 2003). Pode-se, então, afirmar que a Souza Cruz é uma condutora de território flexível (SANTOS, 1994). Sendo o pólo industrial de Patos notório pelo seu meio técnico-científico. Santos (1994, p. 53) assegura que

[...] esse meio técnico-científico que inclui saber é o suporte da produção do saber novo, faz com que os outros espaços se tornem apenas os espaços do fazer. Os espaços comandados pelo meio técnico-científico são os espaços do mandar, os outros são os espaços do obedecer.

A partir dessa análise conceitual percebe-se que a produção da fumicultura dentro do espaço geográfico do município de Pilões está sujeita às ordens do espaço do “mandar” em Patos, enquanto que em Pilões se constitui o espaço do “fazer” e do “obedecer”. Na usina de processamento de Patos, o fumo é estocado e fermenta por um ano, após este tempo está no ponto para atender as fábricas de cigarros de Cachoeirinha-RS e Uberlândia-MG.

A monopolização de uma produção qualquer, é determinada pelo o domínio que um indivíduo, grupo ou empresa exerce sobre alguém controlando o ciclo produtivo. Partindo desse pressuposto lógico, não se poderia deixar de mencionar as práticas monopolistas e espaciais da empresa Souza Cruz que por sua vez, controla todos os meios de produção. Todos os fumicultores são subalternos as ordens da empresa.

O monopólio da produção do fumo tem seu início com o contrato em que os fumicultores fazem com a empresa Souza Cruz que geralmente tem um prazo de validade de 2 (dois) anos. Para a realização do contrato, os fumicultores têm a responsabilidade e a obrigatoriedade de entregar toda a produção do fumo colhida durante o ano, além disso, todos esses devem estar com todos seus filhos matriculados na escola, como também não aceitar outras orientações que não seja da empresa, ou seja, todos os seus funcionários devem se apresentar para os fumicultores devidamente uniformizados e identificados com o crachá seja ele Orientador Agrícola, O Gerente Territorial, Auditor Interno, Cobradores Terceirizados ou mesmo o transportador.

No período de envio da matéria prima a Souza Cruz se comunica com todos os fumicultores para que estejam com os fardos de fumo prontos para a entrega, assim, os fumicultores recebem pelo que colheu e prepara nova safra.

Vale ainda ressaltar, que a produção do espaço fumicultor no município de Pilões não está isolado dos demais espaços circunvizinhos da microrregião de Pau dos Ferros. Pilões, também, têm uma estreita ligação com os municípios de Alexandria, Marcelino Vieira e Pau dos Ferros. Contudo, se destaca como um dos maiores produtores de fumo dessa microrregião.

5 Considerações Finais

A Souza Cruz é uma empresa que tem proporcionado ao município de Pilões uma alternativa de renda complementar para muitas famílias de baixa renda e que ainda não têm uma renda fixa, como, funcionários públicos, aposentados, beneficiários etc. Assim, fumicultura é uma atividade que gera mais renda se comparada às outras culturas, como, milho, feijão e o arroz.

A empresa Souza Cruz é uma grande agente produtora do espaço geográfico no município de Pilões – RN, fazendo com que esse espaço se torne mais dinâmico e permitindo

que a população se beneficie, de perto ou de longe, da riqueza produzida pela atividade fumicultora, sendo o valor da renda aplicada em diferentes setores, como, comércio alimentício, de roupas e calçados, construção civil, energia, transportes, serviços, etc.

6 Referências

ABIFUMO. Associação Brasileira da Indústria de Fumo. Disponível em:

<http://www.abifumo.Org.este/legbra/pop/01_01.htm> Acesso em: 25 Maio 2010.

CARNEIRO, R. N.. A natureza do espaço numa perspectiva comunicativa ou pública. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 29 n. 1 p. 33-46 jan. / jun. 2009.

CORRÊA, R. L.. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2007.

CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.54, n. 3, jul/set 1992.

DESER. A Cadeia Produtiva do Fumo. **Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**, ano III, n. 4, Curitiba, 2003.

DURKHEIM, É.. **As regras do método sociológico**. Trad. Paulo Neves. Revisão de Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (coleção tópicos).

LEFEBVRE, H., **A Produção do Espaço**. Trad. Grupo. “As (im) Possibilidades do Urbano na Metrópole Contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La Production de l'espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthopos, 2000). Primeira Versão: início – fev. 2006.

MOREIRA, R.. **Pensar e ser em Geografia: Ensaio de História, Epistemologia e Ontologia do Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, M.. **Da Totalidade ao Lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. Milton Santos. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. Ed. São Paulo: Hucitec. 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, M. J. L. de. O território. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.